

FATOS E NOTAS

O PROBLEMA INDÍGENA.

Lembro-me muitas vês de uma conversa que, em janeiro de 1949, já lá vão dez anos, tive com o velho General Rondon. Trocávamos idéias sôbre a melhor maneira de se ajudarem os índios brasileiros a se incorporarem à nacionalidade ou, por outra, de se lhes garantir um lugar ao sol. O que mais admiração me causava no ancião era a sua juventude de espírito, a sua capacidade de rever e de refazer opiniões defendidas com ardor durante decênios de sua vida. Chegara à convicção de que já não se deveria nacionalizar os índios, o que, afirmava, “cria problemas graves e desajustamentos”, mas preservar as culturas tribais, tomando por base os padrões econômicos de cada uma delas, para se fomentar uma atividade de produção que, sem ser revolucionária, lhes proporcionasse os meios necessários para se integrarem à vida econômica das regiões em que vivem. Não é que o velho General tivesse abandonado os seus princípios positivistas e a sua visão evolucionista das culturas. Mas ponderava que tôda cultura, quaisquer que sejam os seus valores básicos, constitui uma forma legítima de se realizar e exprimir a natureza humana e que, ao contrário do que antes admitira, o abandono de uma cultura tribal e a passagem para o estado de civilização, em vez de constituir um “progresso”, representa uma forma de depauperamento, o sacrifício de um modo mais genuíno de ser homem. Ponderava, mais, que a ação dos poderes públicos sôbre os índios devia, ao lado da integração econômica, promover o que chamava “o ensino e a alfabetização das línguas indígenas”, mas tudo dentro de um plano racional e bem pensado. Da execução dêste se encarregaria o Instituto Indigenista Brasileiro, cuja criação era um dos grandes anseios de sua vida.

Essas idéias do grande amigo dos índios, um dos mais sinceros idealistas que o Brasil já conheceu, refletem bem o dilema que todos nós defrontamos ao encarar a tarefa de melhorar a situação de nossos silvícolas, que ninguém deixa de reconhecer como profundamente lastimável. Abandonados a si próprios, estão condenados ao extermínio — é a lição de uma

história de quatro séculos e meio. Foi a pressão exercida pelo branco que os levou a essa fatalidade, de onde nos advém o dever de remediar o mal na medida do possível. As diferentes modalidades de intervenção propostas — ou postas em prática — medeiam entre duas atitudes extremas; de um lado, conservar as culturas índias em sua forma original; do outro, destruí-las para substituí-las por alguma variante rural da civilização ocidental. Nos casos em que se preconiza a primeira solução, quase todos concordam em que se trata de uma situação transitória, de contemporização, que se vai tornando insustentável na medida em que já não se pode evitar a intensificação dos contactos entre o índio e elementos estranhos da mais variada classificação. Quanto à segunda, podem variar os métodos empregados no sentido de se acelerar ou retardar o processo de mudança ou de se visar a um certo compromisso com a primeira.

E' exato que falar, hoje em dia, em administração direta e administração indireta equívale a dar nomes novos a coisas antigas, a pôr vinho velho em pipas novas. A novidade implícita no conceito de administração indireta talvez seja a idéia de que um conhecimento científico das instituições tribais pode ser de utilidade ao "administrador" que se queira servir, sem provocar conflitos muito violentos e problemas graves de personalidade, dessas mesmas instituições para prender as respectivas populações nas malhas do sistema de dominação colonial, semi-colonial ou nacional a cujo serviço se encontre. Na prática — não num plano teórico, é claro — administração direta e indireta não diferem em seus objetivos últimos, que são imperialistas em um e outro caso, como nô-lo ensinam as técnicas de Antropologia aplicada em áreas de interêsse britânico, holandês e de outras nações dominadoras. Divergem nos métodos, ora rudes e violentos, ora astuciosos e quase traiçoeiros. Se os primeiros são condenáveis por desumanos, os segundos o serão na medida em que não forem colocados a serviço de uma concepção ética superior, que se caracterize pelo respeito às culturas tribais como maneiras de ser próprias das populações primitivas, que têm, como quaisquer outras, o direito de decidir sôbre os valores que queiram prezar e sôbre o modo de pôrem a sua vida em harmonia com êsses mesmos valores. Falando concisamente: para ter um sentido verdadeiramente humano, uma política de administração indireta no Brasil não deve conservar as instituições indígenas como instrumentos de poder ou de exploração, como tem sido feito, por exemplo, em certas partes da África e da Indonésia, mas concentrar-se na regula-

mentação das relações sociais e culturais entre os índios e os elementos humanos estranhos. Mas uma vez que uma tribo tenha entrado no conhecimento de elementos culturais novos e queira adotá-los, seria faltar-lhe ao respeito se lhe negássemos o direito de decidir-se por êles. A menos que queiramos considerar os índios como crianças.

As práticas de “administração indireta” em relação aos índios sul-americanos não datam de hoje. Há anos Ruth Benedict mostrou, em excelente ensaio, que foi o método eficiente pelo qual os conquistadores espanhóis do Perú subjugarão a população do Império incaico. Destruindo a camada dirigente, colocaram-se no lugar dela, deixando em funcionamento, para proveito seu, as antigas instituições de prestação de serviços e de pagamento de tributos. Em princípios do século dezessete, os franceses, ao fundarem a França Equinocial, estabeleceram o seu domínio sobre a ilha de São Luís, aproveitando-se da autoridade dos chefes de aldeia, astuciosamente transformados em vassalos do rei da França. E quanto ao método da catequese jesuítica, é bem conhecido o princípio dos inacianos de tomarem como ponto de partida para as inovações, inclusive no campo da conversão religiosa, elementos culturais do sistema pagão.

Deve-se concordar em que a administração indireta, como método moderno de aplicação dos conhecimentos antropológicos, pode e talvez deva ter em mira uma política indigenista no sentido de uma consolidação das culturas, isto é, na formulação de Baldus, de “desenvolver a sua individualidade cultural em harmonia com o mosaico cultural brasileiro”. Cabe-nos descobrir em que consistirá, concretamente, êste desenvolvimento. Em linhas gerais pode-se definir a tarefa como a de provocar ou estimular as mudanças necessárias à eliminação dos conflitos, ou seja possibilitar a coexistência cultural entre os grupos indígenas e as populações rurais, que se vêem obrigados a conviver. Para isso não há, nem haverá por certo, nenhuma fórmula de aplicação universal. As fórmulas hão de ser encontradas para cada caso em particular, tendo-se em vista dois dados variáveis: o **ethos** cultural respectivo e as condições ou modalidades dos contactos.

A nossa atitude e as medidas a serem adotadas em face das diferentes culturas tribais devem, pois, ser eminentemente flexíveis, para se porem de acôrdo com as múltiplas situações. E, como bem o mostrou Eduardo Galvão, a dinâmica das relações interétnicas nos impede de adotar uma visão estática em face dos fenômenos aculturativos, que cumpre apreender na dialética que lhes é própria. Está, pois, com a razão o Profes-

sor Baldus quando insiste na **evaluation** indispensável a uma política indigenista eficiente. Assim fugiremos ao risco de uma rigidez perigosa ou mesmo nefasta, como a que deparamos nos vários artigos do atual Regulamento do Serviço de Proteção aos Índios, que, aliás, prima também por uma série de curiosas contradições, devidas, sem dúvida, ao propósito de ditar normas administrativas uniformes para os casos mais heterogêneos e díspares. E se ouvimos dizer, pela milésima vez, que as culturas devem ser tomadas como totalidades funcionais e estruturais, e não simplesmente como agregados de elementos vários, isto significará antes de mais nada, ao que nos parece, que cada uma dessas totalidades é também expressão de uma individualidade própria, inconfundível. Isto, em que pese ao denominador comum de tôdas as culturas que, na falta de termo melhor, costumamos chamar de primitivas. O que nos interessa não esquecer é que, em virtude de sua unicidade, cada configuração cultural reage a seu modo aos contactos a que é exposta. E esta reação sofre uma evolução peculiar de acôrdo com as fases aculturativas e o grau de desintegração institucional decorrente das experiências anteriores.

Apesar disso, há muita coisa em comum na situação intercultural dos índios brasileiros de nossos dias, comparada, por exemplo, à que reinava nos primeiros tempos da colonização. Hoje, porém, todos êles são de alguma forma encarados como corpos estranhos no seio da nacionalidade, de onde provém a maior parte dos conflitos em que estão envolvidos. E todos êles se encontram de algum modo em áreas de refúgio ou em movimento de retrocesso constante, ocupando terras em que são tolerados, e apenas tolerados, por força da lei e enquanto esta resistir aos embates de interesses vários, cada vez mais configurados, que procuram impor-se por todos os meios, inclusive pela violência, sem atenção a possíveis escrúpulos e, muito menos, ao respeito de que o índio é merecedor já como simples ser humano. Na época do descobrimento e da colonização era bem diferente a situação. O invasor, que era minoria, precisava do índio para alcançar os seus objetivos, não obstante a violência com que o enfrentava. Sem o índio e sem o mameluco a expansão paulista do século dezessete não teria sido possível. Mais ainda, no tocante, pelo menos, ao seu equipamento adaptativo, o aborígene era incomparavelmente superior ao português, que se viu forçado a adotar em grande escala as técnicas de subsistência e de domínio do meio natural existentes nas culturas tribais. Hoje o índio não tem mais nada que ensinar ao caboclo, portador de uma cultura híbrida na qual se inte-

graram aquelas soluções. Daí, em parte, a sua situação de inferioridade. Os perigos a que está exposto são bem mais subreptícios do que os que enfrentou em épocas anteriores. Já não se trata de escravidão ou liberdade. A situação legal do índio é clara, mas na situação de fato ameaça-o a espoliação; o esbulho e o extermínio pacífico, contra o qual não tem defesa de espécie alguma. E é com reservas ainda que falamos em extermínio pacífico, haja vista o impressionante relatório de Carlos de Araújo Moreira Neto sobre a situação atual dos Kayapó, relatório que, se não nos fizesse estarrecer, pelo menos nos daria assunto para meditar.

O problema fundamental, antes de cuja solução os outros não podem ser atacados com probabilidade de êxito, é o da posse das terras tribais, sem o que não haverá sequer base para a sobrevivência. A insistência em se fundarem os Parques Indígenas é, pois, eminentemente oportuna. Para conseguir o intento, diríamos quase que todos os meios são justificados. O plano do Parque Nacional do Xingú está sendo sabotado de todos os modos. Para concretizá-lo, será preciso talvez desencadear um grande movimento de opinião pública, a fim de fazer pressão sobre o Governo. Ao que nos consta, foi este o objetivo do recente Festival do Índio, que tanta celeuma levantou. Certo, é um erro trazer índios do sertão xinguanos para apresentá-los nas cidades quase que a título de curiosidade ou de seres raros. Mas se com isso se conseguir afinal a fundação do Parque Nacional do Xingú, eu me disponho de bom grado a absolver os pecadores. Quem tiver meios mais inocentes e talvez mais eficazes, que os ponha em prática. Aliás, os contactos mais nefastos de que os índios xinguanos são vítimas — posso testemunhá-lo — são os que se verificam dentro da própria área em que vivem, contactos que, além das enfermidades que disseminam, criam nos índios uma nociva atitude de insegurança, de respeito ou reverência quase mística diante do poder da civilização, que lhes manda um avião por semana. O xinguanos que já tenha estado no Rio ou em São Paulo, talvez em companhia do próprio General Rondon, comporta-se com maior naturalidade em face do visitante urbano que com êle entra em contacto. A civilização perde o que tem de “misterioso” e o índio se volta com maior auto-afirmação para os valores de sua cultura.

Para desenvolver no Brasil uma política indigenista eficiente, julgamos necessário concentrar a intervenção em determinados problemas básicos, cujo reconhecimento independe de quaisquer valorações etnocêntricas e dos quais os outros são

apenas corolários. Além do primeiro, que é garantir aos silvícolas a posse das terras que ocupam, merecem destaque o de salvaguardar pelo maior prazo possível as condições de funcionamento normal dos sistemas culturais indígenas, sobretudo no que diz respeito ao regime econômico; o de impedir intransigentemente as modalidades de contacto que permitam a exploração econômica dos silvícolas ou que gerem situações de conflito; o de encontrar meios de combater nos índios a emergência dos complexos de inferioridade com relação ao branco, dos quais decorrem os seus mais graves problemas de marginalidade; e, por fim, o de proteger-lhes a saúde física, para que não pereçam junto com as suas culturas.

EGON SCHADEN

Professor da Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.